Ata nº 35/2020

Aos cinco dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezenove horas e quinze minutos, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gelso Soares de Brito, Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. A presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente o secretário fez a leitura da Ata nº 34/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. Na sequência a presidente convidou o senhor Beto Bertolo para fazer uso da Tribuna Popular, ocasião em que o mesmo reclamou e pediu providências em relação aos tachões instalados na Avenida Pio XII. O secretário fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 329/2020 – Resposta ao Ofício nº 140/2020; e do Ofício do Poder Executivo nº 331/2020 – Encaminha Projeto de Lei nº 2659/2020. O secretário iniciou a leitura da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº 2654, de 27 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, que veio com parecer favorável das duas Comissões. A presidente informou que não havia sido encaminhado um anexo, ocasião em que o vereador Gelso solicitou vista do Projeto de Lei. Projeto de Lei do Executivo nº 2658, de 17 de setembro de 2020 – Estabelece normas sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB, no âmbito do município de Salto do Jacuí/RS, de acordo com a Lei nº 13.465/2017 e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões. O secretário fez a leitura da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei. A presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2658/2020, com a respectiva Emenda Modificativa, foi posto em votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Pedido de Providências nº 23/2020 – Vereador Teodoro Jair Dessbessel – MDB – Pede que o Poder Executivo Municipal providencie saibramento e patrolamento da Rua Dez de Março, no Bairro Navegantes, nesta cidade, enquanto o calçamento não é realizado. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Pedido de Providências nº 24/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – PDT – Em complemento ao Pedido de Providências nº 9/2020, parcialmente atendido, pede que o Poder Executivo Municipal providencie o conserto dos desníveis existentes na Rua Cenêncio Ferreira, principalmente no trecho que a liga com a Rua Simão Guerreiro, tendo em vista que permaneceram pontos com buracos que estão causando prejuízos aos proprietários de veículos que trafegam naquela via. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura do Pedido de Providências nº 25/2020 – Vereadores Jucimar Borges da Silveira, José Sérgio de Carvalho e Loreno Feix – Progressistas – Pedem que o Poder Executivo Municipal providencie a instalação de uma faixa de segurança na Avenida Pio XII, em frente à Secretaria Municipal da Saúde e o Posto Mapa. O Pedido de Providências foi posto em discussão, votação e aprovado por unanimidade. O secretário fez a leitura da Resolução de Mesa nº 011/2020 – Altera o art. 3° da Resolução de Mesa nº 010, de 18 de setembro de 2020, que “Dispõe sobre as regras a serem observadas pelo agente público da Câmara Municipal de Salto do Jacuí, diante das eleições municipais de 2020, especialmente quanto às condutas proibidas”. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2648, de 13 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a concessão de uso de imóvel público e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2649, de 13 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a concessão de uso de imóvel público e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2650, de 20 de agosto de 2020 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, estabelece a Política Municipal da Pessoa com Deficiência e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2651, de 14 de setembro de 2020 – Institui o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2655, de 14 de setembro de 2020 – Dispõe sobre a alteração dos incisos I, II, III e §7º do art. 13 da Lei Municipal nº 1388/2005, e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2657, de 14 de setembro de 2020 – Institui o cadastro técnico municipal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, e cria a taxa de controle e fiscalização ambiental municipal, de acordo com a Lei Federal 6.938/81 e alterações, e dá outras providências. Está baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2659, de 30 de setembro de 2020 – Altera o parágrafo único do artigo 1º, da Lei Municipal 2507/19, que dispõe sobre criação de dois cargos na categoria funcional de operador de veículos e máquinas e dá outras providências. Na Tribuna Parlamentar o vereador Teodoro Jair falou sobre os tachões, agradeceu pela retirada do lixo depositado na Avenida Maia Filho, conforme solicitado na sessão anterior, falou da sua preocupação com a situação da patrola e comentou sobre as emendas impositivas. O vereador José Sérgio comentou sobre o Projeto da REURB e falou sobre a necessidade de alteração da legislação quanto à imunidade parlamentar. O vereador Gilmar falou sobre a reunião com a Secretária da Saúde, sobre as emendas impositivas e sobre o “cabidismo de emprego” na Prefeitura. O vereador Sandro falou sobre os vendedores ambulantes, sobre a atuação da fiscalização, comentou sobre o comércio local, sobre as restrições impostas pela pandemia, falou sobre os tachões na Avenida Pio XII, sobre as emendas impositivas e sobre a situação do hospital. O vereador Gelso falou sobre os sete anos de falecimento da sua filha, comentou sobre a função do vereador e suas limitações, falou sobre a Resolução 624/2016 do Contran que regulamenta a fiscalização de sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos, e comentou sobre os tachões. Nada mais havendo a se tratar, às vinte e uma horas e cinco minutos, a presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: